DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026

apostilas opção

CONTAGEM-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM - MINAS GERAIS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Gerais do Município
- Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- Noções de Informática

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONTAGEM-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM - MINAS GERAIS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: OP-136AG-26
7901204404065

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos 9
2. Gêneros e tipos de texto 10
3. Significação das palavras 11
4. Figuras de Linguagem 11
5. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais 15
6. Coesão e coerência textual 16
7. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras 17
8. Formação de palavras 25
9. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais 26
10. Concordância verbal e nominal 29
11. Regência verbal e nominal 31
12. Crase 32
13. Colocação pronominal 32
14. Figuras de Sintaxe; Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos 33
15. Acentuação gráfica 38
16. Ortografia 40
17. Pontuação 41
18. Variação linguística 42

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; números decimais; valor absoluto; propriedades no conjunto dos números naturais; decomposição de um número natural em fatores primos; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum 55
2. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta 64
3. Porcentagem 66
4. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa 68
5. Equações do 1º grau, sistemas de equações do 1º grau e função do 1º grau: resolução de problemas 71
6. Média aritmética simples e ponderada 75
7. Noções de lógica matemática: proposições simples e compostas; conectivos lógicos; tabelas-verdade; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas; quantificadores 76
8. Argumentação lógica: premissas e conclusões; inferências; análise e validade de argumentos 82
9. Diagramas lógicos; Linguagem dos conjuntos: notação e representação; elementos e relação de pertinência; igualdade de conjuntos; relação de inclusão e subconjuntos; conjunto unitário, conjunto vazio, conjunto universo e conjunto das partes; conjuntos finitos e infinitos; operações com conjuntos - união, interseção, diferença e complementar 86
10. Sequências lógicas com números, letras, palavras e figuras 97
11. Problemas de associação lógica e de verdades e mentiras 99
12. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações 100
13. Probabilidade: conceitos básicos e cálculo de probabilidades em espaços amostrais finitos 104
14. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico e sequencial 107

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conhecimentos Gerais do Município

1. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município; Noções de cidadania; Símbolos municipais; Questões da realidade, econômica, cultural, história, geográfica e socioambiental do Município. Humanidades: movimentos artísticos, culturais e sociais do Município..... 113
2. Atualidades nos assuntos relacionados a economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas do Município 117

Conhecimentos Específicos
Assistente Administrativo

1. Administração pública: princípios constitucionais 123
2. Organização administrativa; administração direta e indireta; centralização, descentralização e desconcentração 127
3. Administração pública municipal 132
4. Licitações e contratos administrativos: lei federal nº 14.133/2021; Princípios; modalidades; contratação direta; procedimentos; contratos; gestão e fiscalização; sanções..... 136
5. Rotinas administrativas: planejamento, organização e controle; estrutura organizacional; departamentalização; distribuição do trabalho; formulários; procedimentos e manuais administrativos 180
6. Gestão de documentos e arquivos: protocolo; recebimento, registro, classificação, tramitação, arquivamento, conservação e destinação de documentos físicos e digitais 183
7. Administração de materiais: almoxarifado: recebimento, conferência, armazenamento e distribuição; controle de estoques; inventário; estoque mínimo e máximo; prevenção de perdas e desperdícios 187
8. Atendimento ao cidadão: qualidade e humanização; comunicação; acessibilidade; diversidade e inclusão; atendimento prioritário; postura profissional; resolução de conflitos 204
9. Gestão de documentos 209
10. Ética e relações no trabalho: ética no serviço público; responsabilidade e conduta profissional 211
11. Trabalho em equipe; comunicação interpessoal e organizacional; motivação; liderança; conflitos e negociação..... 214
12. Redação oficial e comunicação administrativa: princípios; clareza, objetividade, concisão, formalidade e padronização; ofícios, requerimentos, despachos, declarações, certidões e relatórios 219
13. Transparência, acesso à informação e proteção de dados: lei federal nº 12.527/2011 229
14. Lei federal nº 13.709/2018 (Lgpd); transparência, sigilo, proteção e tratamento de dados pessoais pela administração pública 236

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conteúdo Digital
Noções de Informática

1. Sistema operacional Microsoft Windows (versões 10 e 11): conceitos básicos; uso de janelas, menus, barra de tarefas e área de trabalho; Explorador de Arquivos; gerenciamento de arquivos e pastas - localização, criação, cópia, movimentação, renomeação e exclusão; área de transferência e compartilhamento de arquivos; configurações essenciais - resolução de tela, cores, fontes e impressoras 3
2. Ambientes Microsoft 365 e Google Workspace: elaboração, edição e formatação de documentos, planilhas e apresentações; organização de conteúdos; integração entre aplicativos; recursos de colaboração e comunicação em equipe 10
3. Noções de hardware e software: fundamentos de computação; organização e arquitetura de computadores; componentes de um computador; periféricos e dispositivos de armazenamento 31
4. Noções de redes de computadores: conceitos de internet e intranet; tecnologias, protocolos, serviços, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet e à intranet; navegadores; recursos de pesquisa e busca; computação em nuvem e armazenamento de dados na nuvem 36
5. Noções de banco de dados: conceitos básicos 43
6. Segurança da informação: procedimentos e boas práticas; proteção de dados pessoais; noções de vírus, worms, malwares e demais pragas virtuais; golpes digitais e engenharia social; aplicativos de segurança - antivírus, firewall e antispyware; boas práticas para criação e guarda de senhas e de informações sensíveis; segurança em ambientes de nuvem; ética digital; Certificados Digitais (conhecimentos básicos) 46
7. Noções de sistemas de backup: tipos de backup; procedimentos e políticas de backup e de recuperação de dados; meios de armazenamento; planos de contingência 48
8. Inteligência artificial: conceitos básicos; aplicações no ambiente de trabalho; assistentes virtuais e automação de tarefas; ferramentas de IA generativa; recursos inteligentes integrados a softwares de produtividade; limitações, uso responsável e boas práticas 49

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

- **Definição Geral**

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

- **Compreensão de Textos**

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

- **Interpretação de Textos**

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GÊNEROS E TIPOS DE TEXTO

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

- **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

- **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

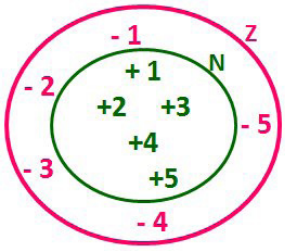
Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS; OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO; NÚMEROS DECIMAIS; VALOR ABSOLUTO; PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS; DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL EM FATORES PRIMOS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais N = {0, 1, 2, 3, 4,..., n,...}, (N ⊂ Z); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



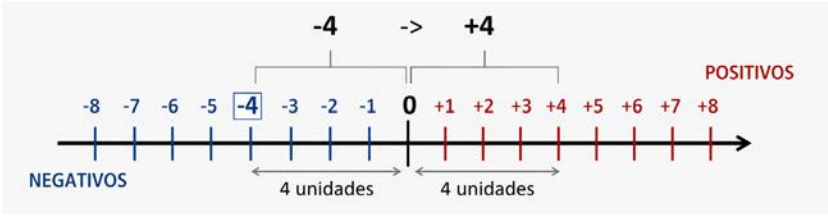
N Z (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z*+	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z*_	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo**: distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por | |. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos**: dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: (+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Operações

- **Soma ou Adição**: Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

- **Atenção**: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (–) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.
- **Subtração**: empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.
- **Atenção**: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, têm o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

1. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando "atitudes positivas" e "atitudes negativas", no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

(A) 50.
(B) 45.
(C) 42.
(D) 36.
(E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
20.4=80
30.(-1)=-30
80-30=50
Resposta: A

- **Multiplicação**: é uma adição de números/fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b, pode ser indicado por a x b, a . b ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.
- **Divisão**: a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

Atenção:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

- Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo;
- **Sinais diferentes** (+) (-); (-) (+) = resultado sempre **negativo.**

Exemplo:

1. (PREF. DE NITERÓI)

Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

(A) 10
(B) 15
(C) 18
(D) 20
(E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: 8.2 = 16 cm
Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:
52 - 16 = 36 cm de altura de livros de 3 cm
36 : 3 = 12 livros de 3 cm
O total de livros da pilha: 8 + 12 = 20 livros ao todo.

Resposta: D

- **Potenciação**: A potência a^n do número inteiro a, é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.a^n = a x a x a x a x ... x a , a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:
- Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- **1) Produtos de Potências com bases iguais**: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. (–a)3 . (–a)6 = (–a)3+6 = (–a)9
- **2) Quocientes de Potências com bases iguais**: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. (-a)8 : (-a)6 = (-a)8 – 6 = (-a)2
- **3) Potência de Potência**: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. [(-a)5]2 = (-a)5 . 2 = (-a)10
- **4) Potência de expoente 1**: É sempre igual à base. (-a)1 = -a e (+a)1 = +a
- **5) Potência de expoente zero e base diferente de zero**: É igual a 1. (+a)0 = 1 e (–b)0 = 1

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, FÍSICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO; NOÇÕES DE CIDADANIA; SÍMBOLOS MUNICIPAIS; QUESTÕES DA REALIDADE, ECONÔMICA, CULTURAL, HISTÓRIA, GEOGRÁFICA E SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO. HUMANIDADES: MOVIMENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Geografia, Território e Perfil Estatístico do Município de Contagem

- **Localização e Inserção Regional**

Contagem está localizada no estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil, e ocupa posição de destaque dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O município integra a Região Geográfica Imediata de Belo Horizonte e a Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte, categorias definidas pela nova divisão regional do território brasileiro. Essa posição geográfica privilegiada, imediatamente a oeste da capital mineira, explica grande parte da trajetória urbana e econômica de Contagem, marcada por um processo intenso de conurbação.

Localização do município de Contagem no estado de Minas Gerais**1**

Limites e Conurbação

Os limites administrativos de Contagem tornaram-se, ao longo do tempo, praticamente imperceptíveis na paisagem urbana, em razão do crescimento horizontal do município em direção a Belo Horizonte. Essa conurbação criou uma continuidade urbana entre as duas cidades, tornando difícil, para quem circula pela região, identificar onde termina uma e começa a outra. O município também mantém proximidade direta com Betim, formando, junto com a capital, um dos eixos mais dinâmicos da Grande BH.

1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Contagem

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Aspectos Físicos e Naturais**

Relevo, Clima e Vegetação

O território contagense apresenta feições típicas do relevo do entorno metropolitano de Belo Horizonte, com áreas de elevações suaves entremeadas por vales urbanizados. A vegetação original combina características do Cerrado e da Mata Atlântica, biomas que se encontram na região central de Minas Gerais. Um símbolo natural especialmente relevante é a jabuticabeira, árvore frutífera nativa que representa a identidade ambiental do município e está presente, inclusive, em espaços públicos de preservação, como o Parque Ecológico Familiar, área de quase 30 mil metros quadrados no centro da cidade que reúne espécies nativas, um casarão colonial do século XIX e um trecho de antiga estrada construída por escravizados no século XVIII.

Recursos Hídricos

Entre os elementos hídricos mais importantes está a Barragem de Contagem, localizada no bairro Icaivera, na divisa com Betim. Construída para atender à expansão industrial da região metropolitana e ao abastecimento de água, foi inaugurada em 1972 e possui capacidade para armazenar até 44 milhões de metros cúbicos de água, sendo hoje também utilizada para a prática de esportes aquáticos.

- **Infraestrutura Viária e Ferroviária**

Contagem é cortada por três rodovias federais de grande relevância nacional: a BR-381, conhecida como Rodovia Fernão Dias, que liga a região a São Paulo; a BR-262, que dá acesso ao Espírito Santo e ao Triângulo Mineiro; e a BR-040, que conecta o município a Brasília e ao Rio de Janeiro. Historicamente, o território também foi servido pela Estrada de Ferro Oeste de Minas, com estações como Bernardo Monteiro e Contagem, hoje utilizadas para transporte de cargas pela iniciativa privada, já que o transporte ferroviário de passageiros foi desativado após a implantação do metrô da capital.

- **Divisão Administrativa em Regionais**

A gestão territorial de Contagem organiza-se por meio de regionais administrativas, cada uma originada de antigas fazendas e propriedades rurais que foram loteadas ao longo do século XX. Entre as principais regionais estão Sede, Eldorado, Industrial, Ressaca, Nacional, Riacho, Petrolândia e Vargem das Flores, cada uma com características próprias de ocupação, comércio e serviços.

- **Ressaca:** originada da Fazenda Morro do Confisco, abriga importante distrito industrial e o entreposto da Ceasa Minas.
- **Nacional:** formada a partir da Fazenda da Gangorra, mantém forte presença de áreas de preservação e nascentes.
- **Riacho:** surgida do desmembramento da Fazenda Riacho das Pedras, consolidou-se como polo comercial e de serviços.
- **Petrolândia:** com nomenclatura de ruas relacionada à indústria do petróleo, reflete a proximidade histórica com atividades ligadas à refinação.
- **Vargem das Flores:** abriga a represa homônima, um dos principais espelhos d'água da região metropolitana.

- **Perfil Demográfico e Indicadores Estatísticos**

População e Densidade

Contagem figura como o terceiro município mais populoso de Minas Gerais, com população apurada pelo Censo em pouco mais de 621 mil habitantes, número que, em estimativas anteriores, já havia ultrapassado 670 mil pessoas. A área territorial do município é de aproximadamente 194,7 quilômetros quadrados, o que resulta em uma das densidades demográficas mais elevadas do estado, superior a três mil habitantes por quilômetro quadrado, reflexo direto do intenso processo de urbanização e conurbação metropolitana.

Indicadores Sociais e Econômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Contagem situa-se na faixa considerada alta, com valor próximo a 0,756, calculado a partir de dimensões como longevidade, educação e renda. A taxa de escolarização líquida na faixa etária de seis a quatorze anos supera 97%, indicador expressivo de acesso à educação básica. O Produto Interno Bruto per capita do município ultrapassa 45 mil reais, evidenciando o peso da atividade industrial e comercial na economia local. Quanto à composição populacional por cor ou raça, os dados censitários mostram predominância de pessoas pardas, seguidas por pessoas brancas, pretas, amarelas e indígenas, retratando a diversidade étnica característica da formação social mineira.

Formação Histórica, Cidadania e Símbolos Municipais

- **Origens Coloniais do Território**

A história de Contagem remonta ao início do século XVII, quando um posto fiscal português foi instalado em terras da sesmaria do capitão João de Sousa Souto Maior, no local conhecido como Sítio das Abóboras. Esse posto tinha a função de registrar e tributar a passagem de cabeças de gado, escravizados e mercadorias que circulavam pela região, prática que deu origem ao próprio nome do município. A população local ergueu uma capela dedicada a São Gonçalo do Amarante, santo protetor dos viajantes, formando o arraial de São Gonçalo de Contagem, denominação que uniu a devoção religiosa à atividade fiscal que caracterizava o povoado.

- **Da Paróquia à Emancipação Política**

Elevação a Paróquia e a Município

Em 1854, o arraial foi elevado à condição de paróquia, desmembrando-se da paróquia do Curral Del-Rei. O passo decisivo para a autonomia política ocorreu em 30 de agosto de 1911, quando uma lei estadual elevou o arraial à categoria de município, desmembrando-o dos territórios de Sabará e de Santa Quitéria, atual Esmeraldas. A instalação solene da primeira Câmara Municipal ocorreu em junho de 1912, sob presidência de João Cizinando e Costa, consolidando a estrutura política local.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

- **Princípios de Direito Administrativo**

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejamos:

- **Revogação:** trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.
- **Anulação:** trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

Súmula 473 - STF - "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade:

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

- **Não Discriminação:** não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.
- **Agente Público:** O agente público age em nome do Estado. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

- **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por "funcionário de fato", que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoas jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade:

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

Súmula Vinculante 13 STF: *"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".*

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

- Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e
- Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade:

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!